

TEATRO E ESCOLA: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM TEATRO NA AMAZÔNIA PARAENSE

THEATER AND SCHOOL: THE FORMATION OF THEATER TEACHERS IN AMAZON OF PARÁ

*Paulo Santana*¹

*Benedita Alcidema C.S. Magalhães*²

RESUMO: Trata da experiência de formação de professores em Teatro na Amazônia paraense, por meio do Plano nacional de Formação Docente – PARFOR. Objetiva analisar a formação de professores em Teatro na Amazônia. Como procedimento metodológico, utilizou-se a Revisão bibliográfica e a Análise Documental, tendo como principal documento de análise o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Teatro do PARFOR da Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará. Foram identificados desafios e perspectivas na formação do professor de Teatro, dentre eles, a implantação e consolidação do próprio curso de Licenciatura em Teatro, além da busca por garantia de uma formação com qualidade aos alunos-professores do PARFOR e a luta para que o ensino de Teatro adentre o interior da escola e se consolide como área de conhecimento. A análise revela que, para além dos desafios colocados à formação de professores em condições adversas na Amazônia paraense, existem perspectivas de que esta formação possa se expandir para o interior do Estado alcançando mais municípios e para isso o PARFOR tem sido fundamental; espera-se também que essa formação repercuta não somente na escola, mas no fortalecimento dos movimentos artísticos locais e da cultura amazônica.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores. Teatro. PARFOR.

ABSTRACT: *It deals with the experience of teacher training in Theater in the Amazon of Pará, through the National Plan of Teacher Training – PARFOR. Aims to analyze teacher training in Theater in the Amazon. As a methodological procedure, the bibliographical review and the documentary analysis were used, having as main analysis document the Pedagogical Project of the Degree in Theater of PARFOR of the School of Theater and Dance of the Federal University of Pará. Challenges and perspectives were identified in the formation of the Theater teacher, among them, the implantation and consolidation of the Degree course in Theater, as well as the search for a guarantee of quality training for PARFOR student-teachers and the struggle for the teaching of Theater to enter the interior of the school and consolidate itself as an area of knowledge. The analysis reveals that*

-
- 1 Professor da Escola de Teatro e Dança da UFPA, ator, diretor e mestre em Artes do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará e coordenador do curso de Licenciatura em Teatro / PARFOR – UFPA, portaria nº 018/2010. Email: spaulo8@superig.com.br
 - 2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação – UFPA. Coordenadora Pedagógica da Escola de Teatro e Dança. Coordenadora pedagógica do Curso de Licenciatura em Teatro do PARFOR. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Trabalho e Educação. E-mail: alcidema@ufpa.br

in addition to the challenges posed to the training of teachers in adverse conditions in the Paraense Amazon, there are prospects that this formation may expand into the State by reaching more municipalities and for this PARFOR has been fundamental, it is also expected that this formation has repercussions not only in the school, but in the strengthening of the local artistic movements and the Amazonian culture.

KEYWORDS: *Teacher training. Theater. PARFOR.*

INTRODUÇÃO

A formação de professores em Teatro na Amazônia paraense por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-PARFOR foi um grande desafio colocado à Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará (ETDUFPA). Esse desafio é representado, por exemplo, pela realidade da Amazônia paraense, a saber: dimensões geográficas continentais do Estado do Pará; indicadores educacionais com índices inferiores à média nacional, de acordo com dados do INEP de 2013 – revelando a fragilidade da educação básica no Estado –; além, da preocupante realidade do ensino das artes na escola, de modo geral, e do Teatro, de forma particular. Conforme aponta Reis (2007, p.149), “o quadro de indigência em que se encontra a arte no currículo escolar da maioria das escolas brasileiras exige muita atenção e cuidado”.

A formação de professores da educação básica nas linguagens artísticas específicas de Teatro, Dança, Artes Visuais e Música, bem como a inserção destas no currículo das escolas públicas, tem sido uma bandeira de luta antiga, de artistas e educadores brasileiros. É nesse contexto que se insere o curso de Licenciatura em Teatro do PARFOR, objeto de análise desse artigo.

Analisar como ocorre a formação de professores em Teatro na Amazônia paraense é o objetivo deste texto. Santos (2014, p. 219), ao discutir a relação educação e desenvolvimento na Amazônia, problematiza que, apesar das potencialidades amazônicas e de sua importância para a nação, as políticas públicas para essa região, por não levarem em conta as suas especificidades, são “incipientes, não antecipatórias e mal direcionadas”. A formação de professores de Teatro no Pará se dá nesse contexto de políticas públicas para a Amazônia, de disputas entre projetos de educação e de sociedade, frente ao atual processo de reestruturação capitalista, cujo mercado de trabalho impõe novas regras e novas exigências ao perfil de trabalhadores, que sejam flexíveis e polivalentes.

Para a consecução do objetivo, realizou-se revisão bibliográfica e análise documental, tendo como principal documento de análise o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Teatro do PARFOR/ETDUFPA.

O texto está organizado em três partes: a primeira discute a realidade das políticas públicas educacionais em arte no Brasil e contextualiza a formação de professores de Teatro na Amazônia paraense historicizando-o na sua relação com o PARFOR; a segunda apresenta os desafios e perspectivas de formação de professores em Teatro e discute o percurso formativo desse professor; na terceira e última parte, traça as considerações finais apontando perspectivas para a formação desse profissional.

A POLÍTICA EDUCACIONAL EM ARTE

Entendemos como políticas públicas um conjunto de diretrizes e ações com objetivos de intervenção do Estado. Para Muller e Surel (2002), alguns problemas postos pela análise das políticas públicas referem-se ao sentido implícito ou explícito de uma política pública, que diz respeito aos fins revelados através dos seus objetivos e os fins não explicitados que se manifestam no decorrer de sua implementação: a outra questão diz respeito à decisão e não decisão, ou seja, a tomada de decisão de não decidir, de não efetuar determinada política.

É nesse campo da contradição, das disputas, que se insere um conjunto de diretrizes e ações que vem orientando o ensino de artes no Brasil nos últimos anos, ora com avanços, ora com retrocessos.

A conjuntura atual do Brasil – econômica, política, educacional, social e cultural –, marcada pelo ato de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, nos impõe grandes desafios, sobretudo no que diz respeito às políticas públicas educacionais voltadas à arte e para setores que atingem diretamente a classe trabalhadora, pois os direcionamentos dessas políticas modificam-se a partir de então, como bem pode ser exemplificado na tentativa do governo atual Michel Temer (2016-2017) de extinção do Ministério da Cultura, que por sua vez foi obrigado a recuar dada a forte mobilização contrária dos artistas brasileiros.

Analisar as políticas públicas nessa conjuntura de instabilidade é bastante arriscado. Porém, trataremos, aqui, de algumas políticas que haviam sido conquistadas e que representavam um avanço no que tange a política pública para as artes e os riscos eminentes que todas elas correm e o que está em jogo.

Duas questões devem conduzir nosso raciocínio no campo da política pública para o ensino de arte: a primeira diz respeito à luta de classes; e a segunda ao ataque à educação estética, base fundante da criação do “órgão de consumo artístico” e da educação dos sentidos.

A primeira porque os ataques à política pública em artes afetam diretamente a classe trabalhadora, que não tem acesso e oportunidade para realizar suas

experiências estéticas, não tem acesso a espaços culturais, e a arte ofertada na escola, para a maioria desses trabalhadores, era o único contato. A classe dominante não será afetada, pois continuará oportunizando aos seus filhos todo tipo de experiência estética, dentro e fora do país, dentro e fora da escola.

O segundo refere-se à finalidade da arte que é de humanizar o ser humano, contribuindo para que este se torne inteiro. A negação dessa política na escola é a negação ao direito à arte. Hostilizá-la significa afirmar que a escola deve formar pessoas fragmentadas, rígidas, obedientes e com sentidos educados e subordinação aos interesses do capital. O ataque à educação estética atinge não só os filhos da classe trabalhadora, mas atinge também os trabalhadores da arte: artistas, professores, técnicos, produtores, etc. Ela possui efeito dominó. Interfere na formação de professores das linguagens artísticas, na formação de bacharéis, de técnicos, nas políticas culturais, na formação de plateia, na cultura.

Importante dizer que, sobre os objetivos explícitos e não explícitos de uma política pública, podemos perceber que esses são os objetivos não explícitos dessas políticas públicas, que se revelam na prática à medida que estas são executadas. E ainda reforçamos que, segundo o pensamento de Miller e Surel (2002), a decisão e não decisão são atitudes políticas e visam atender determinados interesses e finalidades.

No campo da política pública para o ensino de arte no Brasil, não podemos dizer que haja um corpo articulado e orgânico de diretrizes e ações com objetivos de intervenção do Estado. O que temos são ações isoladas, esporádicas, contraditórias, fruto de luta e reivindicações de artistas e educadores do país.

O ensino de artes teve sua inserção na educação brasileira por meio da Educação artística para o ensino de 1º e 2º graus e do curso de Licenciatura em Educação Artística para o ensino superior, tornando-se obrigatório nas escolas por dispositivo de lei.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 9.394/96, possibilitou uma abertura significativa para se discutir junto às escolas o ensino de artes, no artigo 26, § 2º “o ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica [...]”. A garantia do ensino de arte para toda a educação básica constituía-se um avanço significativo para essa área do conhecimento. Em 2008, uma conquista dos músicos foi a inclusão do parágrafo 6º no artigo 26 da LDB pela Lei nº 11.769, de 2008, tornando música conteúdo obrigatório, “mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo”. Até então, apenas a música tornava-se obrigatória como linguagem artística e consequentemente com profissional da área específica, o professor de arte, assim como o de educação artística tinha que ser polivalente, trabalhar todas as linguagens artísticas.

Após vinte anos de vigência da LDB, foi aprovada a Lei 13.278/2016, que alterou o § 6º do art. 26 da Lei no 9.394/1996, apresentando “as artes visuais, a dança, a música e o teatro como linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. Isso representava um avanço para o reconhecimento da arte como área de conhecimento, com suas linguagens próprias e específicas, o que repercutia positivamente nos cursos de formação de professores no nível superior, fortalecendo e ampliando as vagas nos cursos de Artes Visuais, dança, música e teatro, tanto na oferta extensiva, quanto nas ofertas intensivas, por meio do Programa Nacional de Formação Docente – PARFOR. De acordo com essa lei, o prazo para que os sistemas de ensino implementem as mudanças decorrentes desta é de 5 anos.

A Medida provisória 746/2016, que tratava da reforma do ensino médio no Brasil, propunha a alteração do § 2º do artigo 26 da LDB, passando a vigorar da seguinte maneira: § 2º o ensino de arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular, obrigatório da educação infantil e do ensino fundamental, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.”

Ou seja, com essa M.P., a possibilidade de ensino de artes no ensino médio ficaria comprometida, pois passaria a opcional. O ataque ao ensino das artes no ensino médio representaria um retrocesso significativo a toda uma luta para garantir o ensino de artes nas suas linguagens em toda a educação básica, além de que interferiria diretamente e negativamente sobre a formação de professores nessa área; para além disso, negaria ao estudante do ensino médio o acesso à arte e seus conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, negando a própria função da escola. Com a aprovação da lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que trata da reforma do ensino médio, em seu artigo 3º, § 2º, fica mantido a obrigatoriedade dos “estudos e práticas de arte”. Como isso vai se dar na prática e como vai repercutir na formação do estudante e na formação de professores é uma questão que devemos acompanhar.

O ataque ao ensino das artes compromete um conjunto de políticas como a formação de professores, concursos públicos, discussão e construção de diretrizes curriculares para o ensino de artes, além de uma profunda perda para os alunos, que podem ser privados da educação estética: essa decisão política afeta diretamente a relação da arte com o mundo do trabalho, tornando-o mais precarizado, provocando maior competição interindividual em torno de editais, fechando cada vez mais os espaços de atuação dos artistas e dos professores.

É um cenário completamente delicado no campo das artes. É nesse processo de formação humana em disputa que a Licenciatura em Teatro do PARFOR se desenvolve e resiste no interior da Amazônia paraense.

CONTEXTUALIZANDO A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE TEATRO NA AMAZÔNIA PARAENSE

A escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará (ETDUFPA) tem suas origens em um movimento regional conhecido como Movimento do Teatro do Estudante no Pará, 1941, e deste, emerge, em 1949, o Teatro Universitário e, em 1957, nasce o Norte Teatro Escola do Pará (SALLES, 1994). O Norte Teatro Escola dá origem ao Serviço de Teatro Universitário no interior da Universidade Federal do Pará em 1962.

A partir da década de 90 do século XX, a Escola de Teatro e Dança passa a funcionar como unidade de ensino, pesquisa e extensão, com autonomia acadêmica sob a administração do Núcleo de Artes (NUAR), órgão criado em 1990 pela UFPA, com o objetivo de congregar e coordenar seus setores artísticos transformados a partir de 2006 em Instituto de Ciências da Arte – ICA, tornando a Escola uma subunidade deste.

Esta escola, ao construir e consolidar ao longo dos anos práticas artísticas e pedagógicas no campo das artes cênicas e envolvida na luta nacional pela inserção do ensino das artes na escola com suas linguagens específicas, foi desafiada a ampliar a formação para além da educação profissional técnica de nível médio e dos cursos “livres” de modo a atender a necessidade de formação de professores de Teatro e de Dança para atuar na educação Básica no Estado do Pará, iniciando, portanto, a sua trajetória para a implantação e consolidação dos cursos de Licenciaturas na ETDUFPA.

No âmbito da formação de professores, em 2008, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPA aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Teatro, Resolução n. 3.765 de 18 de novembro de 2008. Em 2015, aprova o projeto pedagógico de Licenciatura em Teatro/PARFOR, resolução nº 4.639, de 25 de fevereiro de 2015. Ressaltamos que a oferta do curso de Licenciatura em Teatro pelo PARFOR já ocorria desde 2010. Ao relatarmos a trajetória histórica da ETDUFPA, observa-se o empenho de seus formadores ao comparar a trajetória histórica das Escolas de Artes no Brasil, de abordagem e/ou utilização do teatro no processo educativo e sua formação. De acordo com o Dicionário do Teatro Brasileiro,

Em São Paulo, Alfredo Mesquita criou, em 1948, a Escola de Arte Dramática que em 20 anos formou importantes elementos para o teatro em geral. Em 1966 (Decreto. 46.419 de 16 de junho de 1966), incorpora a Universidade de São Paulo e a partir de sua estrutura original foram desmembrados, a atual EAD – que forma atores em nível médio de ensino e o Departamento de Artes Cênicas, que promove a formação de críticos, dramaturgos, diretores, atores e professores de teatro, ambas as unidades fazendo parte da

Escola de Comunicação e Artes. Vários outros cursos superiores de teatro foram criados em todo país e, com a Lei nº 5.692/1971, dá-se a criação dos cursos de Licenciatura em Educação Artística, alguns deles oferecendo Habilitação em Artes Cênicas com destaque para a USP, UNICAMP, UFPE, UFPB, UFRN, UDESC, UFSC, UFMA, UFAL, UFES, UFSM, UFU, UFRJ e UNB. (GUINSBURG; FARIA; LIMA, 2006, p.128)

Pode-se observar o caminhar destas unidades e seus desafios diante da realidade das Instituições de Ensino Superior da Região Norte do Brasil que não ofereciam cursos de graduação para aqueles que se dedicam às Artes Cênicas, mais especificamente ao Teatro ou aqueles que já atuam com a linguagem em seus grupos de teatro ou na sala de aula e que requer uma formação profissional.

A EDUFPA, percebendo a necessidade de enfrentamento desta realidade, passa a ofertar um curso de graduação para os profissionais desta área, e antes mesmo de formar os primeiros licenciados em Teatro na Capital, incita-se na criação do Curso de Licenciatura em Teatro pelo PARFOR, proporcionando, também, aos professores das redes municipais e estaduais, formação na linguagem própria do Teatro, visto que nas escolas do Estado do Pará “existem muitos licenciados atuando como professor de teatro, mas não possuem uma formação que expresse o domínio de conteúdo, conceitos e metodologias relacionadas ao ensino do teatro” (UFPA, 2015, p.2); neste sentido, o PARFOR, como uma política pública, abre possibilidades no campo da formação de professores em Artes.

A LICENCIATURA EM TEATRO E O PARFOR

A formação de professores de Teatro no interior da Amazônia paraense ocorre por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, vinculado a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), instituído pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 com vistas a consolidar a formação acadêmica de três classes de professores da Educação Básica, que sejam: a) graduados não licenciados; b) licenciados em área diversa da atuação docente; c) de nível médio, na modalidade normal.

O objetivo do PARFOR é induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercícios na rede pública de educação básica, para que esses profissionais possam obter a formação exigida pela LDBEN e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

A adesão da Universidade Federal do Pará ao Plano Nacional de Formação de Professores ocorreu em 2009. De acordo com dados fornecidos pelo PARFOR UFPA, disponível em seu *site* oficial, de 2009 a 2014 já constituiu 391 turmas e está presente em 65 municípios paraenses. Em 2013, eram 10.403 professores matriculados

em 287 turmas. Entre os 21 cursos ofertados, 4 são da área das Artes: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Destaca-se a importância deste programa na oferta dos cursos de Artes, neste caso o de Teatro, para o interior do Estado, pois sem este ficaria restrito à formação ofertada na capital.

Neste sentido, Resende (1975) e Zillio (1998) destacam a importância da formação dos artistas, que aqui se trata de professores-artistas, nas academias, nos cursos de ensino superior, nos quais segundo esses autores, poderão discutir, problematizar e consolidar a arte como área de conhecimento, como objeto de estudo, como linguagem artística e não apenas como mediadora de outros conhecimentos.

Para dar início ao curso de Licenciatura em Teatro pelo PARFOR, em fevereiro de 2010, foi convidado o professor Paulo Santana para assumir o desafio, o qual durante um período de seis meses, participou de encontros, seminários e reuniões com o objetivo de conhecer o programa, passando a ser reconhecido como coordenador do Curso de Licenciatura em Teatro/PARFOR – UFPA somente em Julho de 2010, através da Portaria nº 018/2010 de 28 de Julho de 2010. E, a partir de então, o curso percorre a seguinte trajetória.

Inicialmente o curso foi ofertado para a região do Nordeste Paraense, tendo como polo o município de Castanhal, onde foram ofertadas 30 vagas, preenchidas com 28 inscritos e 20 matriculados, com evasão de 5 alunos, formando 15 alunos no dia 06 de junho de 2013. Em janeiro de 2011, o curso foi ofertado para o Oeste paraense, tendo como polo o município de Santarém, com uma oferta de 30 vagas, preenchidas com 22 inscritos e 10 matriculados, sem evasões, formando 10 alunos no dia 13 de setembro de 2014. Em julho de 2011, foram ofertadas para a região do nordeste paraense, tendo como polo o município de Capanema, com oferta de 30 vagas e preenchidas com 23 inscritos e 20 matriculados, com a evasão de 10 alunos, formando 10 alunos no dia 29 de agosto de 2014.

Observa-se nessa primeira etapa de oferta do curso para o interior do Estado que o preenchimento das vagas foi sempre inferior ao número ofertado e que a evasão chegou a ser de até 50%, como no caso de Capanema, ao mesmo tempo que em Santarém não houve evasão, mas era uma turma muito pequena. A primeira grande tarefa consistiu em divulgar o curso, em convencer as secretarias municipais de educação que o ensino das artes é importante e deve ter o seu espaço no currículo das escolas de educação básica. Ora, com tantas carências de formação de professores de áreas básicas como português, matemática e pedagogia, foi e continua sendo difícil quebrar as barreiras e apresentar a formação de professores de Teatro como relevante para a escola, para o município e para cultura local.

Em janeiro de 2014, foram ofertadas para a região do Marajó, tendo como polo o município de Gurupá, 30 vagas e preenchidas com 70 inscritos e 64 matriculados,

criando-se duas turmas, até o momento sem evasões, com previsão de formatura em dezembro de 2016. Ainda em janeiro de 2014, foram ofertadas mais vagas para a região do Marajó, tendo como polo o município de Breves. Foram 30 vagas ofertadas e 26 preenchidas com inscritos e 22 matriculados, até o momento sem evasões, com previsão de formatura em dezembro de 2016.

Nesta segunda etapa, já havia sido produzido manual do aluno de Teatro do PARFOR e cartazes para a divulgação e, depois de uma intensa campanha de esclarecimento junto às secretarias municipais, constituíram-se mais três turmas, com destaque para Gurupá, que surpreendeu ao candidatar 70 professores. Vale ressaltar que este município, na década de 90 do século passado, protagonizou vários festivais intermunicipais de Teatro e realizava o “POLIARTES”, um festival artístico que envolvia todas as escolas do município e a comunidade, ambos coordenados por Graciana Coelho, professora daquele município.

Para além das dificuldades apresentadas, no que tange ao convencimento das secretarias de educação para a importância do ensino das artes, no interior da instituição esbarrou-se num burocratismo exacerbado, levando o PPC a tramitar por aproximadamente seis anos (2009 – 2015).

PERMANENTES DESAFIOS: UMA FORMAÇÃO EM TEATRO PARA A VIDA

Aqui, pretende-se apresentar a preocupação com o curso de Licenciatura em Teatro e a discussão a respeito da formação desse professor que atua com a disciplina de Arte, mas principalmente aquele que desenvolve o ensino do Teatro, pois o que é observado é que estes professores nunca tiveram contato com as artes em sua formação escolar ou tampouco no magistério. De acordo com Peixoto (2005, p.164), “a arte exerce significativa função no processo de humanização do homem, por desencadear um processo de reflexão profundamente educativo, que só pode resultar em crescimento humano”.

As escolas da região Norte, mais especificamente do Estado do Pará, apresentam um número bem reduzido de profissionais formados nas linguagens das artes cênicas. Existem escolas que não têm professores para esta área, tornando-se um desafio para o Estado e, principalmente, para os municípios, quando se fala em atender a legislação em vigor, no caso a LDBEN 1996, art. 26 §2º.

A Educação brasileira é regida pela LDBEN, Lei nº 9.394/1996, que estabelece diretrizes e bases para a educação nacional baseada nos princípios da Constituição Brasileira: por meio dessa lei, o ensino de Artes é introduzido no currículo escolar da educação básica como disciplina obrigatória, expresso no artigo 26:

Parágrafo segundo: O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. (BRASIL, 1996).

A partir da LDBEN, a Arte ganha um novo impulso como área de conhecimento e estudo na educação escolar. É firmado o seu reconhecimento curricular, atrelado ao desenvolvimento cultural de crianças e jovens, como prevê o parágrafo segundo do Art. 26 da citada Lei. Anterior a isso, o que existia no currículo escolar era o ensino da Educação Artística de forma obrigatória, considerada como atividade educativa, não como disciplina.

Mas foi com os PCNs, salvo as críticas ao seu caráter subjetivista (REIS, 2007), que se destacou o ensino das artes nas quatro linguagens: Teatro, Dança, Música e Artes Visuais, em face da necessidade de uma educação estética nas diferentes linguagens artísticas. Lembre-se de um modo geral que o ensino da arte em suas várias linguagens está presente no currículo das escolas brasileiras há algumas décadas. Porém, somente após a LDBN, torna-se componente obrigatório, passando esta a compor o currículo compartilhado com as demais disciplinas, cujo objetivo é assegurar o envolvimento individual e coletivo, consolidados nos PCNs.

Portanto, o Teatro é uma forma de expressão artística que faz parte das linguagens da Arte. O Teatro é uma das mais antigas manifestações culturais do homem, que surge no espaço escolar após várias discussões e reflexões de estudiosos, que perceberam a importância da inserção no currículo da educação básica para o desenvolvimento da aprendizagem. “É por excelência, a arte do homem exigindo a sua presença de forma completa: seu corpo, sua fala, seu gesto, manifestando a necessidade de expressão e comunicação” (BRASIL, 1997, p. 52). O ensino do Teatro está presente no currículo escolar desde a entrada em vigor da Lei 5.692 de 1971, quando se estabelece o ensino da Educação Artística.

Um dos desafios atuais para os professores de Arte é a superação da visão meramente técnica de transmissão de conceitos de forma puramente imitativa, ou só apenas de momento de lazer e de descontração e sim envolver a compreensão do que se faz e o que os outros fazem, através do desenvolvimento da percepção estética e do conhecimento do contexto histórico em que foi feita a obra.

O Estudante que realiza atividades ligadas às artes de forma mais aprofundada se torna mais motivado, motivante e criativo. O exemplo está no aluno que faz teatro na escola e que aprende: a atuar como uma equipe; a dirigir e ser dirigido; a buscar soluções criativas, inventando, adaptando e improvisando; a expressar-se com a fala, o corpo e olhar; e a ter disciplina de postura de tempo e lugar. Essas experiências mudam a rotina de uma escola, estimulando as apresentações artísticas e incentivando a disposição para as atividades culturais.

Ana Mae Barbosa destaca que:

[...] só um trabalho de formação continuada, no ensino da Arte, confere condições para que o professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental possa exercer, de fato, as funções que lhe são atribuídas pelo artigo 13 da nova LBD, as que versam sobre a incumbência no sentido de virem a garantir a qualidade da educação escolar (BARBOSA, 2010, p. 249).

Com este intuito, o PPC de Licenciatura em Teatro do PARFOR/ETEDUFPA foi escrito, preparado e embasado em princípios teórico-práticos e metodológicos, a fim de proporcionar a formação adequada aos alunos-professores, direito esse estabelecido em Lei. Com ele constituído, procura-se evitar o equívoco da formação continuada como simples treinamento, aperfeiçoamento e/ou capacitação, pretende-se que o curso seja compreendido como gerador de mudanças e alterações da forma de visão de mundo, constituindo sua prática pedagógica em constante mudança.

NAS TRILHAS DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE TEATRO DO PARFOR

De acordo com o PPC de Licenciatura em Teatro/PARFOR (UFPA, 2015), o curso objetiva formar professores para atuar na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional, sendo essa formação apoiada na realidade amazônica, na criação artística e na pesquisa. Destaca-se que essa formação parte de um lugar e de uma realidade específica, a Amazônia, mas não para ficar nela e sim a partir e com ela contribuir na construção de conhecimentos e práticas artístico-pedagógicas na região: para isso espera que o egresso do curso seja um profissional

[...] com sólida formação pedagógica, técnica, artística, ética e cultural, com aptidão para construir novas formas de expressão e linguagem corporal, propostas estéticas e de ensino, inclusive como elemento da valorização humana e da autoestima, visando integrar o indivíduo na sociedade e torná-lo participativo de múltiplas manifestações culturais (UFPA, 2015, p. 8-9).

Observa-se a opção por uma formação ampla do professor de teatro, que vai para além do domínio de técnicas, mas para uma formação humanística e cultural a fim de dotá-los de um conhecimento mais amplo da linguagem teatral em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Graduação em Teatro.

Ao longo do curso, os alunos-professores vivenciam a prática como componente curricular na qual conhecem e exercitam práticas de ensino diversificadas na área da Educação e Arte, utilizando-se de recursos adequados à pedagogia teatral, sejam de técnicas corporais ou pedagógicas ou recursos tecnológicos, favorecendo o aprendizado de práticas pedagógicas inovadoras no campo do ensino em Teatro.

Outro aspecto importante e desafiante na formação do professor de Teatro é o Estágio supervisionado. Considerando que são tímidas ou quase inexistentes escolas com o ensino de Teatro em seus currículos, ficou impossibilitado de realizar o estágio docente nos moldes tradicionais e como alternativa propôs-se a construção de um projeto pedagógico de intervenção de ensino de teatro de acordo com as etapas de ensino que deve ser executado pelo aluno-professor estagiário na escola onde atua ou em qualquer escola da rede de ensino. “Cada aluno-professor elabora relatório da atividade desenvolvida, com registro fotográfico ou audiovisual, com lista de frequência dos participantes e declaração do diretor comprovando a execução da atividade” (UFPA, 2015, p.15).

A proposta de estágio apresentada possibilita uma prática pedagógica de intervenção na realidade das escolas públicas no que tange ao ensino do Teatro. Além do Estágio, as Atividades Complementares também visam oportunizar a participação em atividades que se articulam com o ensino, a pesquisa, a extensão e formação cultural, para além do que é oferecido no curso.

Outro desafio da formação de professores em Teatro-PARFOR é a extensão. Os professores da EDUFPA optaram em realizar um curso no interior do Estado que dialogue com a cidade e os movimentos artísticos locais e os fortaleça, isto é, possibilitado no PPC por meio da extensão, sendo esta desenvolvida por meio de cursos e eventos culturais ofertados e desenvolvidos aos finais de semana, durante o período letivo, no turno da noite, ou no intervalo entre períodos, atendendo os alunos-professores de Teatro e a comunidade. De acordo como o PPC, “a ETDUFPA propõe-se a montar um programa de atividades de apoio capaz de propiciar informações especializadas nos mais diversos níveis, visando ao desenvolvimento artístico das artes cênicas da Região Amazônica”. (UFPA, 2015, p.20)

O trabalho de Conclusão do Curso também está conectado à formação no campo das Artes, por isso “se configurará como projeto artístico-educacional” e, dentre as várias possibilidades de apresentação do mesmo, poderá ser uma “produção artística acompanhada de fundamentação teórico-metodológica” (UFPA, 2015, p.13).

Os saberes adquiridos na universidade devem ser compartilhados não somente na sala de aula, com os alunos, mas também com a comunidade que o cerca. O importante é que o curso de Teatro tem possibilitado a formação de um profissional com especificidade para a linguagem, excluindo a figura do profissional polivalente, ou seja, aquele que atende a todas as linguagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos, no entanto, que a Escola, assim como o currículo são territórios em disputas entre projetos, portanto, as políticas públicas de as oficinas que deverão ser executadas posteriormente no campo de estágio sonhado também sob tensões e disputas de concepções, ideologias e projeto de sociedade não são meramente aceitas e aplicadas tal como prescrito. A escola é também lugar de resignificação dessas políticas, onde se criam resistências ou não, portanto, o ensino e a formação de professores em Teatro são um campo em disputa.

A formação de professores em teatro na Amazônia paraense contribui para o fortalecimento da política pública de ensino das artes na escola básica, para a formação humana numa perspectiva integral e para a valorização de práticas, saberes e fazeres artísticos locais.

O curso de Teatro tem pouca oferta nas Instituições de Ensino Superior, sobretudo quando se refere à Licenciatura. Ainda assim, o curso de Teatro começa a ocupar um espaço entre as ofertas de cursos do Plano Nacional, um curso que está aberto também para a comunidade por meio das oficinas de carpintaria Teatral e acadêmica, com o intuito de possibilitar a prática do ensino do Teatro, contribuindo para a disseminação dos saberes, métodos e experiências como forma de produção de conhecimento do Teatro.

São grandes os desafios para a formação de professores de Teatro no interior da Amazônia paraense, com seus 144 municípios, dentre eles está a garantia de uma formação com qualidade aos alunos-professores de Teatro do PARFOR e a luta para que o ensino de Teatro adentre o interior da escola e se consolide como área de conhecimento.

As perspectivas para a formação de professores em Teatro são que ela possa se expandir para o interior do Estado alcançando mais municípios e conquiste espaço para o ensino de teatro nas escolas, para isso o PARFOR tem sido fundamental. Espera-se que essa formação repercuta não somente na escola, mas no fortalecimento dos movimentos artísticos locais e da cultura amazônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Ana Mae. *A abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais*. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. *Inquietações e mudanças no ensino da arte*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <[HTTP://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf)>. Acesso em 08/04/2015.
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: nº 9394/96. Brasília: 1996.
- _____. *Resolução nº 4. CNE/ CES, de 08 de março de 2004*. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Teatro e dá outras providências.
- _____. *Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009*. Instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, estruturada no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação Básica.
- _____. *Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017*. Institui a política de fomento à Implementação da Escola de Ensino Médio em tempo Integral. (Reforma do Ensino Médio)
- GUINSBURG, Jacob; FARIA, João Roberto; LIMA, Mariangela Alves de (Orgs.). *Dicionário do Teatro Brasileiro: temas, formas e conceitos*. São Paulo: Perspectiva: SESC, 2006.
- MULLER, Pierre; SUREL, Yves. O que é uma Política Pública. In: *A análise das Políticas Públicas*. Trad. Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002, p. 7-30.
- PEIXOTO, Maria Inês Hamann. A Arte no Cotidiano: consciência e Autoconsciência. *Anais do III Fórum de Pesquisa Científica em Arte: Estética, Filosofia e História da Arte*. Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba, 2005.
- REIS, Ronaldo Rosas. Entre a esperança e sua realidade: a arte e seu ensino. *Sinais Sociais/ Serviço Social do Comércio*. Departamento Nacional – v. 2, n. 5 (setembro/dezembro) – Rio de Janeiro, 2007.
- REZENDE, José. A formação do artista no Brasil. *Risco*, revista da Graduação do Departamento de Artes Plásticas da ECA-USP. Originalmente publicado em 1975.
- SALLES, Vicente. *Épocas do Teatro no Grão-Pará ou Apresentação do Teatro de Época*. Tomo 1. Belém: EDUFPA, 1994.
- SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. Educação e desenvolvimento: que relação é essa? *Dossiê Trabalho & Educação*. Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 219-238, jan-abr, 2014.
- UFPA. *Resolução nº 4.639 de 25 de fevereiro de 2015/CONSEPUFPA*. Aprova o projeto Pedagógico de Licenciatura em Teatro do PARFOR/ETDUFPA/ICA.
- _____. *Projeto Pedagógico de Licenciatura em Teatro do PARFOR*. Belém: 2015.
- ZILIO, Carlos. Artista, formação do artista, arte moderna. *Revista do Mestrado em História da Arte-EBA*, UFRJ, segundo semestre de 1998.

Recebido em 19.09.2016

Aceito em 14.03.2017